



Programa de Desenvolvimento de Capacitação dos Recursos Humanos Profissional Junior do Sector de aguas

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE EM MOÇAMBIQUE

Outubro, 2020

- O Direito Ambiental, como nova disciplina jurídica, surgiu da necessidade de se proteger legalmente o meio ambiente em favor das presentes e futuras gerações.
- Consiste no conjunto de normas jurídicas disciplinadoras da protecção da qualidade do meio ambiente.
- E busca o conhecimento sistematizado das normas e princípios ordenadores da qualidade do meio ambiente.

Princípios do Direito Ambiental

- **O princípio da prevenção**-busca meios para que os danos ambientais não ocorram e não seja necessário repará-los posteriormente;
- **O princípio do usuário ou poluidor pagador** reparação de danos causada pelo poluidor;
- **O princípio da reparação**- aquele que degrade de qualquer forma o meio ambiente, repare o dano (Compensação 0.5% do valor do empreendimento);
- **O princípio do acesso equitativo aos recursos naturais**- a utilização dos bens ambientais de forma equilibrada e a máxima preservação possível do património natural;

Marco Histórico da L.A em Moç.

- 1990- A CRM-1990, (Art.36) “O Estado promove o conhecimento, a inventariação e a valorização dos recursos naturais e determina as condições do seu uso e aproveitamento com salvaguarda dos interesses nacionais”.
- (Art. 37). “O Estado promove iniciativas para garantir o equilíbrio ecológico, a conservação e preservação do meio ambiente visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadão”.
- (Art. 73) “Todo o cidadão tem o direito de viver num meio ambiente equilibrado e o dever de o defender”.

Legislação Ambiental Pertinente em Moçambique

Conteudo	Decreto
Lei de Pescas	3/1990
Lei de Aguas	16/1991
Lei de Terras	97/1998
Lei do Ambiente	98/1998
Lei de Florestas e Fauna Bravia	10/1999
Lei de Petroleos	3/2001
Lei de Minas	14/2002
Lei do Turismo	4/2004
Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica	16/2014

Legislação Ambiental Pertinente em Moçambique

Conteudo	Decreto/DM
Directiva Geral para Estudos de Impacto Ambiental	129/2006
Directiva Geral para a P.P, no Processo de AIA	130/2006
Regulamento sobre a Inspecção Ambiental.	12/2006
Regulamento relativo ao Processo de Auditoria Ambiental	25/2011
Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental	54/2015
Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial	22/2014
Reg. Qualidade da Água para o Consumo Humano	180/2004
Reg. Qualidade das Águas Engarrafadas C. Humano	39/2006
Reg. Biossegurança relativa à Gestão de Organismos Geneticamente Modificados	06/2007
Reg. P. Reassentamento Resultante de A. Económicas	31/2012
Reg. Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica	89/2017
Regulamento Ambiental Para as Operações Petrolíferas	56/2010
Regulamento Ambiental para a Actividade Mineira	26/2004

DECRETO 54/2015 AIA

ARTIGO 4

(Categorização)

Para efeitos de definição do tipo de AIA a ser realizada, as actividades são categorizadas da seguinte forma:

- a) Categoria A* - as actividades descritas no Anexo I e as avaliadas como sendo de categoria A*, que estão sujeitas a realização de um EIA e supervisão por Revisores Especialistas independentes com experiência comprovada;
- b) Categoria A - as actividades descritas no Anexo II e as avaliadas como sendo de categoria A, que estão sujeitas a realização de um EIA;
- c) Categoria B - as actividades descritas no Anexo III e as avaliadas como sendo de categoria B, que estão sujeitas a realização de um EAS;
- d) Categoria C - as actividades descritas no Anexo I e as avaliadas como sendo de categoria C, que estão sujeitas à apresentação de Procedimentos de Boas Práticas de Gestão Ambiental a serem elaborados pelo proponente do projecto e aprovados pela entidade que superintende a área de AIA.

DECRETO 26/2010 ROP

ARTIGO 5

Categorização das operações petrolíferas

Para efeitos de categorização das Operações Petrolíferas, as actividades classificam-se em:

- a) Categoria A - actividades sujeitas à realização de um EIA;
- b) Categoria B - actividades sujeitas à realização de um EAS, exceptuando-se os casos previstos neste Regulamento; e
- c) Categoria C - actividades sujeitas à observância das normas de boa gestão ambiental.

DECRETO 26/2004 ROM

Classificação das actividades

1. Os pedidos de títulos mineiros ou autorizações estão sujeitos a classificação ambiental a ser feita nos termos da Lei de Minas.
2. As actividades de nível 1 serão realizadas com observância das normas básicas de gestão ambiental, a serem aprovadas por diploma ministerial conjunto dos ministros que superintende a área dos recursos minerais, ambiente, e águas, no prazo de 60 dias após a publicação do presente regulamento.
3. As actividades de nível 2 estão sujeitas à apresentação de um plano de gestão ambiental nos termos do artigo 11 do presente Regulamento.
4. As actividades de nível 3 seguirão o procedimento de avaliação do impacto ambiental nos termos do artigo 8 do presente regulamento.

A precária implementação das leis ambientais se deve a um conjunto de factores:

- Meio Ambiente vista como não prioridade política efectiva**
- A falta de consciência e educação dos cidadãos, que leva a considerar como normas as inconsequentes e ilegais violações do ambiente;**
- Pouca credibilidade dos órgãos ambientais;**
- Políticas fiscais não claras (isenção de impostos dos mega projectos)**

- recursos humanos, materiais e financeiros escassos;
- Fraco sistema de fiscalização e de controlo das agressões ambientais,
- Conflitos de interesses nas diferentes instituições de estado;
- Pouca credibilidade do Poder Judiciário, pois é visto como inacessível, lento, caro e com pouca especialização sobre questões ambientais;
- Corrupção e suborno;

Obrigado pela atenção dispensada!

“A lei é poderosa; mais poderosa porém, é a necessidade” - Johann W.V Goethe.

Sergio.machava@mctestp.gov.mz